

Ano XVI n° 4897 – 08 de agosto de 2014

Hoje tem discussão da pauta de reivindicações do Santander

A Contraf-CUT realiza hoje (08/08), às 9h30, uma reunião ampliada da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander para elaborar a pauta de reivindicações específicas dos funcionários do banco, visando a renovação do acordo aditivo do Santander à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), cuja vigência termina no próximo dia 31 de agosto. O encontro ocorre na sede da Confederação no centro de São Paulo.



O Santander Brasil apurou lucro líquido gerencial de R\$ 2,864 bilhões no primeiro semestre de 2014, esse resultado significa 19% do lucro global do banco espanhol, que foi de 2,756 bilhões de euros.

Lucros estratosféricos contradizem terrorismo econômico dos bancos



O recente e deplorável episódio envolvendo o Banco Santander jogou um pouco de luz nos subterrâneos do mercado financeiro, que já há um bom tempo vem chantageando a sociedade, os trabalhadores e o governo com suas análises e previsões catastróficas.

Num primeiro momento, quando o Copom começou a baixar a taxa Selic, em meados de 2011, o propósito era emparedar as autoridades monetárias para seguirem a agenda do dito mercado.

Conseguiu parcialmente, forçando, por exemplo, a subida da taxa básica de juros de 7,25%, naquele momento, para os 11% atuais. Mais recentemente, o "mercado" acrescentou a esse objetivo o terrorismo explícito para influenciar os resultados das urnas em outubro.

Mas como acreditar que estamos a um passo do precipício, quando olhamos para os balanços dos próprios bancos, recém-saídos do forno? Somente as três maiores instituições financeiras privadas que operam no Brasil (Itaú, Bradesco e Santander) apresentaram lucro líquido de R\$ 19,7 bilhões no primeiro semestre deste ano, um incremento de 30,9% em relação ao mesmo período de 2013.

Apesar desses lucros estratosféricos, os bancos fecharam mais de 35 mil postos de trabalho desde 2011, na contramão do restante da economia brasileira, além de demitirem milhares de bancários fazendo rotatividade para baixar custos e ganhar ainda mais.

Descaso dos bancos com saúde do trabalhador



O atestado de saúde ocupacional (ASO) é um instrumento exigido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tem por finalidade proteger a saúde do trabalhador. Regulamentado pela NR7 (que visa preservar a saúde e a integridade do trabalhador em decorrência dos riscos existentes no ambiente de trabalho), o documento é exigido às empresas de dois em dois anos para trabalhadores entre 18 e 45 anos. Para os trabalhadores menores de 18 anos, o ASO deve ser emitido anualmente.

Mas os bancos, além de não cumprirem essa periodicidade, utilizam o documento como exame demissional. Aí, juntam-se outras irregularidades, sempre no sentido de facilitar as demissões e evitar custos para a empresa. Nos atestados faltam a indicação de exames complementares, ficando sem a indicação de procedimentos clínicos.

Os bancos contratam empresas de Medicina do Trabalho, cujos médicos realizam os exames periódicos e emitem o ASO. Esses médicos examinam o trabalhador, mas não vão ao local de trabalho verificar as condições, isso fere a NR7, que exige a presença dos peritos do Programa de Controle de Medicina de Saúde Ocupacional (PCSMO). Essas irregularidades têm como objetivo esconder o adoecimento dos bancários e bancárias, vítimas das metas abusivas, das condições precárias de trabalho, da sobrecarga e do assédio.